

CONTABILIDADE DE GESTÃO NAS ENTIDADES PÚBLICAS

Licenciatura em Gestão Pública

Licenciatura em Gestão Pública (Regime Ensino Distância)

Código: 1381013

Área Científica Predominante: Contabilidade Pública

Docente: Maria de Lurdes de Antas de Barros Caldeira Barroso

Idioma de Instrução: Português

Regime: S1

Carga Letiva: 60h Carga Trabalho: 80h

ECTS: 5,0

Objetivos

Os objetivos da unidade curricular de Contabilidade de Gestão nas Entidades Públicas (CGEP) consistem em proporcionar o estudo aprofundado sobre o enquadramento da Contabilidade de Gestão e a sua importância nas entidades públicas, essencialmente após a introdução do novo modelo de gestão pública (New Public Management) e, posteriormente, com a evolução natural para o paradigma de New Public Governance.

Os conteúdos propostos para esta UC pretendem dar uma abordagem mais abrangente dos sistemas de informação contabilística. Os principais propósitos da contabilidade de gestão são melhorar o processo de tomada de decisão e promover a accountability (interna e externa), e é nesta linha de orientação que se baseiam os objetivos desta UC.

Resultados da Aprendizagem

Pretende-se que os estudantes adquiram os seguintes conhecimentos e competências:

- Compreender o papel da Contabilidade de Gestão no contexto atual de reforma do sector público (new public management / new public governance);
- Conhecer os conceitos e fundamentos da Contabilidade de Gestão e compreender a sua importância na elaboração e execução da estratégia organizacional, no apoio à tomada de decisão e nos processos internos de gestão;
- Entender a importância de medir e gerir o desempenho das entidades públicas numa perspetiva global, complementando o desempenho financeiro com o desempenho não financeiro;
- Compreender a necessidade de interligar os sistemas de contabilidade de gestão com os demais sistemas de gestão;
- Perceber a importância dos instrumentos de gestão de índole empresarial (ex: MSH, ABC e BSC) e, em simultâneo, compreender as adaptações necessárias à sua implementação no sector público;
- Desenvolver um espírito crítico nas diversas matérias analisadas, conduzindo a uma melhor perceção sobre boas práticas a adotar, em função do contexto e da cultura organizacional.

Conteúdos Programáticos

I - O papel da contabilidade de gestão no setor público: finalidades, objetivos e limitações

1.1 Introdução à contabilidade de gestão: conceitos e características

1.2 A contabilidade de gestão versus sistemas contabilísticos tradicionais

1.3 A contabilidade de gestão no âmbito do paradigma de New Public Management (NPM) e de New Public Governance (NPG)

1.4 Finalidades da contabilidade de gestão nas entidades públicas

1.5 Limitações/dificuldades na implementação de sistemas de contabilidade de gestão nas entidades públicas

II - Métodos de repartição e controlo dos custos indiretos

2.1 Método das Secções Homogéneas

2.1.1 Centros de responsabilidade e centros de custos

2.1.2 Definição das Secções Homogéneas

2.1.3 Custo das secções principais e auxiliares

2.1.4 Secções auxiliares com prestações simples e recíprocas

2.1.5 Imputação do custo das secções principais aos produtos

2.1.6 Mapas de apuramento de custos

2.2 Sistema de custos ABC (Activity Based Costing)

2.2.1 Justificação do modelo

2.2.2 Fundamentos do modelo

2.2.3 Conceito e caracterização das atividades

2.2.4 Cost Drivers ou Indutores de Custo

2.2.5 A utilidade do ABC nas entidades públicas

III - Sistemas de medida do desempenho organizacional

3.1 Finalidades e características dos sistemas de medida de desempenho

3.2 A missão organizacional e os objetivos estratégicos como ponto de partida

3.3 Medidas e indicadores de desempenho numa perspetiva multidimensional

3.4 A utilidade das medidas não financeiras em complemento às medidas financeiras

3.5 Exemplos práticos

IV - O Balanced Scorecard (BSC) na Administração Pública

4.1 Origens e finalidades do modelo

4.2 Adaptação do modelo às entidades públicas

4.3 A finalidade do mapa estratégico

4.4 Análise do BSC de algumas entidades públicas

4.5 O Quadro de Avaliação e Responsabilidades (QUAR) e o BSC

4.6 Análise do QUAR e dos relatórios de autoavaliação de algumas entidades públicas

Bibliografia Recomendada

AECA (2000). Indicadores de Gestión para las Entidades Públicas. Documento nº 16 da Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA).

AECA (2002). Un Sistema de Indicadores de Gestión para los Ayuntamientos. Documento nº 26 da Asociación Española de Contabilidad y Administración de Empresas (AECA).

BURNS, John; QUINN, Martin; WARREN, LZ OLIVEIRA, João (2013). Management Accounting. Maidenhead: McGraw-Hill.

GOMES, A. Patrícia; CARVALHO, João B.; RIBEIRO, Nuno, NOGUEIRA, Sónia (2008). O Balanced Scorecard na Administração Pública. Lisboa: Publisher Team.

KAPLAN, Robert, NORTON, David (1996). The Balanced Scorecard. Translating Strategy into Action. Boston: Harvard Business School Press.

MAJOR, Maria J., VIEIRA, Rui (2009). Contabilidade e controlo de gestão: teoria, metodologia e prática. Lisboa: Escolar Editora.

MARTINS, Ana Lucas (2017). Contabilidade de Gestão nas Administrações Públicas Segundo a norma de Contabilidade Pública 27 do SNC-AP. Lisboa: Rei dos Livros.

POISTER, T. (2003). Measuring Performance in Public and non-profit organizations. São Francisco: John Wiley Sons, Inc.

SMITH, J. A. (2007). Handbook of Management Accounting (4th ed.). Oxford: CIMA Publishing.

Métodos de Ensino e de Aprendizagem

Os conteúdos programáticos foram definidos tendo por base os objetivos que se pretendem alcançar para esta UC, bem como as competências a adquirir pelos alunos. Exemplifica-se, de seguida a coerência entre estes dois parâmetros.

Com o primeiro capítulo do programa, dedicado à contabilidade de gestão e à sua importância para uma gestão pública mais eficiente e eficaz, pretende-se que os estudantes adquiram as seguintes competências:

a. Compreender o papel da Contabilidade de Gestão no contexto atual de reforma do sector público Português (New Public Management e New Public Governance);

b. Conhecer os conceitos e fundamentos da Contabilidade de Gestão e compreender a sua importância na elaboração e execução da estratégia organizacional, no apoio à tomada de decisão e nos processos internos de gestão.

O terceiro capítulo aborda o papel dos sistemas de gestão de desempenho numa perspetiva multidimensional, pretendendo-se que os estudantes adquiram as seguintes competências:

a. Entender a importância de medir e gerir o desempenho das entidades públicas numa perspetiva global, complementando o desempenho financeiro com o desempenho não financeiro;

b. Compreender a necessidade de interligar os sistemas de contabilidade de gestão com os demais sistemas de gestão.

Por fim, o segundo e quarto capítulos abordam, respetivamente, o método das secções homogéneas (MSH) e o sistema de Custeio Baseado nas Atividades (Activity Based Costing) e o modelo do Balanced Scorecard e a sua articulação com o QUAR, visando as seguintes competências:

a. Perceber a importância dos instrumentos de gestão de índole empresarial (designadamente o MSH, o ABC e o BSC), e, em simultâneo, compreender as adaptações necessárias à sua implementação no setor público.

Em geral, pretende-se ao longo da UC desenvolver um espírito crítico nas diversas matérias analisadas. Para tal, será promovida a discussão contínua em torno de casos práticos sobre as várias temáticas abordadas.

Métodos de Avaliação

A avaliação dos estudantes será do tipo contínua e inclui três elementos principais de avaliação a ocorrer em vários momentos classificativos.

Regime e-learning:

(a) Teste de avaliação global, escrito e online, a realizar em data calendarizada pela Direção de Curso, com uma ponderação de 50% na classificação final e nota mínima de 8 valores, numa escala de 0 a 20 valores;

(b) Trabalho de grupo (máx. 6 elementos), com uma ponderação de 35% na classificação final e apresentação oral obrigatória.

(c) E-fólios individuais sobre o Método das Secções Homogéneas e outros tópicos do programa, com uma ponderação de 15% na classificação final.

Relativamente aos elementos de avaliação à distância (a) e (c), a docente poderá solicitar a validação oral da nota. Esta validação pode ser aleatória ou dirigida a alunos específicos e substitui a nota do teste/e-fólio.

A classificação final resultará da média ponderada dos três elementos de avaliação, sendo a nota mínima (arredondada) de aprovação no regime de avaliação contínua igual a 10 valores, numa escala de 0 a 20 valores:

Classificação final = Teste global * 50% (nota mínima de 8) + Trabalho de grupo * 35% + E-fólios * 15%

Regime presencial:

(a) Teste de avaliação global, escrito e presencial, a realizar em data calendarizada pela Direção de Curso, com uma ponderação de 55% na classificação final e nota mínima de 8 valores, numa escala de 0 a 20 valores;

(b) Trabalho de grupo (máx. 4 elementos), com uma ponderação de 30%, sendo 5% afetos à componente de apresentação oral do trabalho e 5% à organização da bibliografia;

(c) Participação ativa, com uma ponderação de 15% na classificação final. A participação ativa pressupõe a realização de pequenos casos práticos que os alunos serão solicitados a resolver, individualmente ou em grupo, preferencialmente em contexto de sala de aula, e sem aviso prévio.

A classificação final resultará da média ponderada dos três elementos de avaliação, sendo a nota mínima (arredondada) de aprovação no regime de avaliação contínua igual a 10 valores, numa escala de 0 a 20 valores:

Classificação final = Teste global * 55% (nota mínima de 8) + Trabalho de grupo * 30% + Participação ativa * 15%

De acordo com o RIAPA - ESG (Regulamento de Inscrição, Avaliação e Passagem de Ano da Escola Superior de Gestão do IPCA), os estudantes que não obtiverem aprovação na UC no regime de avaliação contínua, deverão submeter-se à avaliação por exame final, que consiste na realização de uma prova de avaliação global escrita e presencial, com uma ponderação de 100% na classificação final, e que terá lugar na época de exames do 1º semestre ou na época especial:

Classificação final = Exame global * 100%

Independentemente do regime de avaliação (contínua ou por exame final), a nota mínima (arredondada) de aprovação na unidade curricular é de 10 valores, numa escala de 0 a 20 valores.